

Os Arara, seu território tradicional e a irrupção do “milagre econômico brasileiro” em Altamira: a Transamazônica atravessa o baixo e médio Xingu (1967-1987)

*The Arara Indians, their traditional territory, and the irruption of the
“Brazilian economic miracle” in Altamira:
The Trans-Amazonian Highway crosses the low and mid Xingu River region (1967–1987)*

Felipe Matos*
Carlos Eduardo Caldarelli**

Palavras chave:
Rodovia Transamazônica
Ditadura Militar
Índios Arara

Resumo: O processo de atração do povo Arara pela FUNAI na região do município de Altamira, no Pará, a partir da década de 1970, deu-se em razão da necessidade de viabilizar a política de colonização ligada ao Plano de Integração Nacional (PIN) conduzida pelo INCRA durante a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), em nome de uma noção de progresso que não contemplou os direitos dos povos tradicionais sobre seus territórios e seu modo de viver. O artigo elabora, tendo como fonte principal relatos orais de moradores da região, um histórico das ações que desencadearam transformações e conflitos territoriais, relatando o emprego de uma violência organizada contra os indígenas e a negação de seus direitos básicos para se alcançar fins de natureza econômica: a continuidade, o mais rápido possível, da abertura da rodovia que seria a porta para a exploração econômica da Amazônia.

Keywords:
Trans-Amazonian Highway
Military dictatorship
Arara Indians

Abstract: The process of attraction of the Arara people by FUNAI in the region of the municipality of Altamira, in Pará, from the 1970s onwards, came from the need to enable the National Integration Plan (PIN) conducted by INCRA during the construction of the Transamazônica highway (BR-230), in the name of a notion of progress that did not contemplate the rights of traditional peoples over their territories and their way of life. Having as main source oral reports from residents of the region, this article elaborates a history of the actions that triggered territorial transformations and conflicts, reporting the use of organized violence against the indigenous people and the denial of their basic rights to achieve objectives of an economic nature: the construction of the highway as soon as possible, providing the economic exploitation of the riches of the Amazon.

Recebido em 31 de maio de 2021. Aprovado em 03 de setembro de 2021.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador da Scientia Consultoria Científica. E-mail: felipematos@hotmail.com.

** Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Diretor da Scientia Consultoria Científica. E-mail: carlos@scientiaconsultoria.com.br.

Introdução

O projeto de construção da rodovia “Transamazônica” (BR-230) fez parte do PIN (Programa de Integração Nacional), programa de cunho geopolítico, criado pelo Decreto-Lei nº1106, de 16 de julho de 1970, que previa a migração de brasileiros para a ocupação da bacia Amazônica, prometendo integrá-la ao restante do país e facilitar a implantação de iniciativas que permitiriam, simultaneamente, a exploração econômica, a colonização e a expansão das redes de transporte e comunicação na Amazônia (MATTOS, 1980), como um desdobramento do assim chamado “milagre econômico brasileiro”¹.

Com o anúncio do projeto de construção da rodovia, o município de Altamira (PA), cravado às margens do rio Xingu, a 800 quilômetros de Belém, foi alçado a “capital da Transamazônica”, pela importância de sua localização geográfica – a cidade situava-se praticamente na metade do caminho projetado para a rodovia -, servindo de base de apoio para as demais obras a serem executadas na região. Concomitante com a construção da estrada foi criado um projeto de colonização da área, com o maior e mais importante escritório do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sendo instalado na cidade.

De Altamira a Santarém, invadindo o território dos Arara

Até aquele momento, Altamira era uma cidade de dimensões reduzidas, com uma única Usina Diesel abastecendo-a de energia até a meia-noite. Em 1970, embora fosse o maior município do mundo em dimensões territoriais, em seus então 180 mil km² de extensão viviam, aproximadamente, vinte mil pessoas espalhadas em sua sede e por seus grotões, já contabilizados os primeiros migrantes atraídos pelo anúncio do início das obras da rodovia (Revista Veja, 7/10/1970, p.17). Na administração do prefeito Frizan Costa Nunes (1967-1971), no período imediatamente anterior ao anúncio por parte do governo federal dos planos de construção da Transamazônica, houve

uma tentativa de rompimento do isolamento rodoviário em que a cidade se encontrava com a construção de uma estrada – na verdade, uma “picada” pouco mais avantajada que as usuais -, ligando Altamira ao município de Santarém. Até então, a principal via de escoamento e transporte do município era a fluvial, tendo grande importância o porto de Vitória do Xingu, então um casario relativamente próximo à sede municipal.

A construção de uma estrada até Santarém teria sido uma ideia da sociedade civil de Altamira, defendida pelo então vice-prefeito, João Batista da Silva, o João Pezinho. Nascido em Parnaíba (PI), em sete de setembro de 1928, João Pezinho estabeleceu-se em Altamira em 1953, como agricultor, trazendo seus familiares, outros conterrâneos e demais interessados em migrar para Altamira, oriundos primeiro do Piauí e, em seguida, dos estados do Ceará e da Bahia. Acredita-se que cerca de três mil pessoas migraram para Altamira apenas através da atuação de João Pezinho (GOMES, 1972, p.38-39), que utilizou o trabalho desses migrantes para construir vinte e nove quilômetros de “picada” em direção a Santarém, utilizando somente instrumentos rudimentares.

A “estrada” de João Pezinho foi financiada pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil de Altamira, estabelecendo lotes para a exploração agrícola ao longo do seu corredor, numa lógica posteriormente utilizada também na Transamazônica. Apresenta-se, a seguir, a versão do escritor André Avelino da Costa Nunes, irmão do então prefeito de Altamira, Frizan Costa Nunes, sobre a empreitada de construção da “estrada” de João Pezinho e o conflito violento com os índios Arara, que obrigou a interrupção dos trabalhos:

Tinha um prefeito lá [em Altamira] que era xucro, xucro, índio, mas índio Xipaia mesmo, trabalhador, mas um caboclão, que era meu irmão, filho de uma índia Xipaia que não falava português. O Frizan [da Costa Nunes]. Mas, trabalhador. E ele tinha um vice-prefeito, xucro também, mas um cavalo para trabalhar. Ele teve poliomielite e puxava de uma perna, era um piauiense doido, mas doido mesmo, João Pezinho. Não sabia escrever o nome, mas ele era um cara espetacular, um líder nato, um trabalhador mesmo. E eu tava lá em Altamira escondido,

fugido da naica, da ditadura, trabalhando no Banco da Amazônia, quieto feito menino cagado. E tinha uns amigos, eu era do Banco da Amazônia e tinha um que era gerente do Banco do Brasil, Dr. Moraes, quieto também. A gente se reunia à noite, à luz de lamparina, esse troço, para ver o que acontecia. Vamos imaginar uma estrada ou pra rumo de Marabá ou para rumo de Santarém. Eu tomava conta de umas cooperativas financiadas pelo Banco da Amazônia. Daí a gente diz, a gente direciona o financiamento das roças no rumo de Santarém e a negrada vai desmatando e fazendo roça no rumo de Santarém, nada a nada a gente vai chegando mais perto. Era um negócio besta. Caímos na besteira de falar pro João Pezinho e ele disse: “não, eu vou fazer essa estrada!”. Falamos: “Como, João Pezinho, ninguém tem dinheiro, ninguém tem grana pra nada”. Ai, um belo dia, o João Pezinho arranhou um apadrinhamento na raça com o governador Jarbas Passarinho para trazer o pessoal da família dele lá do Piauí, de uma cidadezinha lá do Piauí, que tava numa seca desesperada. (...) E a família, os cabra dispostos, disseram “não, a gente faz o pico para Santarém!”. Porra, a gente não tinha conseguido nem um mateiro. Topógrafo era fácil, mas a gente não tinha grana. Tudo lá era feito com mateiro, mateiro tirava a estrada, mateiro tirava a estrada de seringa, mas para Santarém como é que o mateiro ia? Conclusão, os caras foram fazendo o pique (...) e andaram exatamente no rumo de Santarém. Um belo dia a gente tava bebendo cachaça na beira do troço quando os cabras vieram e o João Pezinho se abrindo, contando qual era o mistério: (...) duas vezes por semana ia um avião da Paraense [Transportes Aéreo] de Altamira para Santarém e eles resolveram seguir o avião! (...) [Os índios Arara] mataram todos, todos, tava um paliteiro humano, aquele troço todinho (...) Dr. Ciro Quadros, Dr. Moraes e eu, a gente reunido, foi pra casa do Dr. Ciro Quadros. Nessa época veio a nata dos indigenistas do Brasil, a gente ficava quieto para não dizer que a ideia tinha sido nossa, tava morrendo de remorso de ter inventado esse troço. (...) Isso foi idos de 1968, eu acho, 1967, por aí assim, década de 1960. Então foram lá e tal, identificaram que era índio Arara, que não se sabia que existia lá, então se acabou a estrada para Santarém. Nesse episódio. Então, por isso, eu disse que Altamira se rejubilou quando alguém chegou e disse “vai ter uma estrada para Belém!”. Putzgrila! Em três anos essa estrada tá asfaltada e o cacete a quatro, tal, tal... (...) Era a ideia nossa, de

desenvolvimento, esse troço todinho (NUNES NETO, 2012).

A região do baixo e médio Xingu era uma área em que os conflitos violentos envolvendo a presença de indígenas foram frequentes ao longo de toda a primeira metade do século XX, em especial entre as décadas de 1930 a 1950. Nesse período a economia extrativista local ainda estava em desenvolvimento, com um número significativo de trabalhadores circulando pelas matas e se defrontando com os índios. O avanço dos seringais no interior de territórios tradicionais indígenas e as excursões ao interior das matas para a coleta da castanha produziam inúmeros casos de vitimação de ribeirinhos por índios. Excursões punitivas eram organizadas por seringalistas para o extermínio de grupos indígenas inteiros.

Nesta época a política indigenista brasileira era conduzida pelo Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.), fundado em 1910, fazendo parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com a designação de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, o que já apontava para o seu principal objetivo, que era integrar os índios à sociedade nacional - isto é, à “civilização” - na qualidade de “trabalhadores” (OLIVEIRA, 1985) e se coadunava com a adesão ao positivismo comtiano - muito comum entre os militares da época - do seu inspirador e primeiro dirigente: o então major do Corpo de Engenheiros Militares Cândido Mariano da Silva Rondon. Rondon era um entusiasta de ideais humanitários, atribuindo-se a ele a divisa “Morrer, se preciso for. Matar, nunca”, lema que ele se empenhou em difundir especialmente entre os sertanistas das frentes de atração do S.P.I. Alguns deles conservaram aqueles ideais, mesmo quando integrados ao órgão que, no final de 1967, substituiu o S.P.I., a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Em 1951, vários seringalistas da região, acompanhados do deputado Gabriel Hermes, solicitaram à Presidência da República providências com relação à questão indígena, que estaria ameaçando levar ao colapso a economia extrativista local (ARNAUD, 1971, p.3)² devido aos frequentes embates entre índios e “cristãos”, termo utilizado regionalmente para designar os ribeirinhos e

migrantes. Em resposta, o Governo do Estado do Pará organizou uma comissão de estudos presidida por Darcy Ribeiro, então etnólogo do S.P.I., que concluiu o seguinte:

O pioneiro que invade o território indígena em busca da borracha e da castanha, julga-se com direito aos produtos de uma terra que tem por sua própria e, tanto quanto o índio, está a cheio de ressentimento, de desconfiança e de ódio. Há, porém, uma possibilidade de paz desde que sejamos capazes de convencer os índios de que lhes será efetivamente assegurada a posse da terra em que vivem e a liberdade de viverem segundo seus costumes. Os próprios índios não pedem outra coisa, e a prova disto encontra-se nas reiteradas tentativas que fizeram para pacificar os brancos, surgindo sem armas junto aos acampamentos civilizados, embora o resultado destas temeridades tenha sido quase sempre a destruição da tribo de modo mais ignominioso, acirrando mais ainda as desconfianças e ressentimentos mútuos (ARNAUD, 1971, p.3).

Os serviços de atração para a “pacificação” dos indígenas, em Altamira, foram intensificados desde então e, em 1957, o sertanista do S.P.I., Francisco Furtado Soares Meireles (Chico Meireles), esteve à frente de um acordo de paz com os Kayapó. Esse acordo, somado ao declínio da economia da borracha e da ação de inúmeras excursões “pacificadoras” do S.P.I. diminuíram a incidência de confrontos com mortes na região.

Em 1965, o diretor do S.P.I., major Luiz Vinhas Neves, ordenou que se fizesse uma expedição de “pacificação” de índios Kayapó, que habitavam a Serra do Cachimbo e ameaçavam atacar um posto do S.P.I., onde havia grupos Kayapó já contatados (“O Estado de São Paulo”, de 26/3/1965, p.7). No ano seguinte, o pacto de não-agressão estabelecido entre índios e seringueiros foi rompido e renovando-se as hostilizações e assassinatos de índios, Francisco Meireles retornou ao Xingu para uma nova expedição junto aos Kayapó da Serra do Cachimbo. Durante a realização dessa expedição, Meireles decidiu armar os índios para que se defendessem dos ataques (“O Globo”, 23/5/1966, p.22).

Com os sucessivos contatos de “pacificação” dos Kayapó e a atuação da Igreja Católica local, que

buscava apaziguar os ânimos entre “cristãos” e indígenas, a década de 1960 iniciou-se relativamente menos belicosa, se comparada à série de massacres ocorridos nos anos 50. Embora a tensão ainda fosse uma realidade candente, quando os trabalhadores de João Pezinho iniciaram os trabalhos de abertura da estrada Altamira-Santarém não se supunha que pudessem ser atacados tão próximos da sede de Altamira. E, desta vez, não seriam mais os Kayapó que ofereceriam resistência ao avanço sobre a floresta, mas índios Arara, de língua Karib, que eram considerados desaparecidos da região há muito tempo.

O primeiro registro da presença dos índios Arara na localidade data de 1853, nos relatórios do Presidente da Província do Pará, após aparecerem pacificamente no baixo rio Xingu. Em 1861, um grupo Arara permaneceu cerca de dez dias entre seringueiros abaixo da Cachoeira Grande do Iriri. O convívio pacífico com os Arara proporcionou que um grupo fosse levado pelo bispo Dom Macedo Costa a Belém, em 1873. Anos depois, entre 1889 e 1894, os Arara foram perseguidos por seringueiros na região do divisor de águas do Amazonas-Xingu/Iriri (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p. 206), mas, de forma geral, até a década de 1930 a convivência com os Arara era considerada pacífica, com grupos sendo frequentemente vistos pelas redondezas da sede do município de Altamira.

Embora arredios, os Arara estabeleceram laços de sociabilidade com seringalistas como o Cel. Raymundo de Paula Marques, o que lhe rendeu a alcunha de “tuxaua” (líder) branco do grupo. Paula Marques, que estava estabelecido em Altamira desde a década de 1890, tendo participado como membro da expedição de Henri Coudreau ao Xingu, em 1896, chegou a trazer um grupo Arara para viver na sede do município, mas eles não se adaptaram ao ambiente urbano e logo retornaram para a floresta. No entanto, de tempos em tempos esses Arara voltavam para visitar o seringalista. No quintal de sua casa, Paula Marques construiu um barracão de madeira para abrigar os indígenas durante essas visitas à cidade (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p.156). A última visita dos Arara à sede de Altamira se deu por volta de 1932 ou 1933 (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p.157).

Após o falecimento de Paula Marques, em 1937, os Arara se retiraram definitivamente e se mantiveram isolados até reaparecem tragicamente no final da década de 1960. Foi também do ano de 1937 que se passou a ter notícias de ataques de índios Kayapó aos seringueiros do baixo Xingu, inicialmente em Nova Olinda, pequeno povoado às margens do rio Fresco, mas logo por todas as margens do rio Xingu e do rio Iriri, iniciando um longo período de violentos conflitos (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p.157-158). Os Kayapó eram considerados inimigos tradicionais dos Arara, o que possivelmente contribuiu para afastá-los da região (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p. 225-227).

Em 1964, aproximadamente trinta anos após os últimos encontros de altamirenses com os Arara, uma expedição do S.P.I. foi flechada por índios Arara quando transitava pelo igarapé Penetecaua em busca de índios Kayapó que haviam entrado em conflito com ribeirinhos nas proximidades de Porto de Moz. Neste ataque, ninguém saiu ferido, sorte que não acudiu os trabalhadores da estrada Altamira-Santarém, três anos depois, em 1967, quando os Arara reapareceram e, em um novo ataque, interromperam definitivamente a abertura da estrada planejada por João Pezinho.

Quanto ao ataque dos Arara aos trabalhadores da estrada Altamira-Santarém, em 1967, os dados coletados são poucos e conflitantes. O escritor André Costa Nunes relata que os Arara “mataram todos, todos... tava um paliteiro humano aquele troço todinho” (NUNES NETO, 2012). O sertanista Afonso Alves da Cruz registra vagamente que os Arara “massacraram o pessoal do prefeito que tava abrindo a picada” (CRUZ, 2011). Já o historiador altamirense Ubirajara Marques Umbuzeiro escreve que dois trabalhadores foram atacados: Francisco das Chagas Pimental, que foi flechado, mas escapou com vida; e José Manoel, morto a flechadas. Segundo Umbuzeiro, o assassinato foi uma represália por a estrada ter invadido os terrenos de caça dos Arara, até então mantidos inviolados (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p. 163).

O caso mexeu com o imaginário local, despertando as memórias ainda recentes dos violentos combates entre “cristãos” e indígenas. A

notícia ultrapassou as fronteiras do estado e o caso foi noticiado em diversos jornais pelo País. Segundo o jornal “O Estado de São Paulo”, no embate morreram “dois índios e um trabalhador”, além de vários feridos. Segundo o jornal, os índios teriam atacado e dispersado a população da vila Panela, uma colônia agrícola em que viviam 300 famílias. Receosos, os trabalhadores recusaram-se a voltar às obras, temendo novos ataques dos índios, que foram descritos pelo jornal como sendo jurunas “cabeça peladas”, “ferozes que nunca tiveram contato com a civilização” (jornal “O Estado de São Paulo”, 12/9/1967, p. 7).

O sertanista Orlando Villas Boas foi acionado pela FUNAI, que, então, já substituíra o S.P.I.³ Da “missão pacificadora”, participaram ainda o sertanista altamirense Afonso Alves e o responsável pela FUNAI, João Batista Cavalcanti de Melo (jornal “O Globo”, 13/9/1967). Dois meses depois, o jornal “O Estado de São Paulo” retificou a informação que havia publicado e negou ter havido ataque de índios às famílias da localidade Pannels, com base no relatório de Villas Boas ao então Ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Segundo o relato, o que teria acontecido foi um ataque de indígenas a três trabalhadores que estavam num ponto distante algumas dezenas de quilômetros do último morador. Conforme reportou na época o jornal “O Estado de São Paulo”, Villas Boas teria justificado assim o ataque:

O homem branco, quando invade a terra do índio bravo, vai sempre municiado. Naquele encontro, postos em fuga depois de atirarem nos índios, deixaram uma espingarda, três revólveres e mais de 600 cartuchos. (...) Não é de estranhar, portanto, que esses índios, logo após essas ocorrências, tenham se ocultado na mata, ao perceberem a presença de gente nova. (...) Pudemos avaliar o quanto os índios se sentem inseguros e preocupados dentro da sua própria terra. Lá estavam as “tapagens” dos caminhos, os piques camuflados, que desapareciam num ponto para ressurgirem noutro mais adiante... (“O Estado de São Paulo”, 7/11/1967, p. 6).

Ainda segundo o sertanista, seria necessário o estabelecimento de um plano para complementar a atração dos índios do rio Penetecaua, já que a área de

influência deste rio havia sido cortada pelo pique da estrada que saía de Altamira, sendo frequentemente invadida por pescadores e comerciantes de pele - estes últimos conhecidos como “gateiros” -, o que tornaria frequentes os conflitos com os índios; “conflito no qual o índio sempre leva a pior parte”, segundo Villas Boas (“O Estado de São Paulo”, 7/11/1967, p. 6). Tais trabalhos, no entanto, nunca foram executados a contento, e a construção da estrada Altamira-Santarém foi abandonada em 1967, logo após o ataque, fortalecendo a resistência e os preconceitos arraigados contra os indígenas, vistos como empecilhos ao desenvolvimento local. Em 1969, gateiros distribuíram comida envenenada aos índios Arara e mataram doze deles a tiros (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014: 224).

A Transamazônica atravessa Altamira e... invade o território dos Arara

Neste mesmo ano de 1969, o governo federal anunciou a construção da rodovia Transamazônica, cujos trabalhos iniciaram-se, efetivamente, em 1970. Ao chegar a Altamira, os engenheiros da rodovia se surpreenderam com os 29 quilômetros de estrada construída precisamente no traçado que a rodovia deveria seguir (GOMES, 1972, p. 39). Eles decidiram, assim, que a construção da BR-230 retomaria a obra do ponto em que a estrada de João Pezinho havia sido abandonada, persistindo no erro de abrir uma rodovia federal – em cujas margens se instalaria um amplo programa de colonização - a poucos quilômetros de uma das grandes aldeias em que os Arara se reuniam no período de estiagem, cortando plantações, trilhas e acampamentos de caça tradicionalmente utilizados pelos índios.

A Transamazônica deveria conectar os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas, dando início à exploração de potenciais econômicos até então inacessíveis. O baixo e médio Xingu foi incluído nesses planos como uma imensa fronteira de recursos - políticos, econômicos, sociais, simbólicos etc. – a serem explorados pelos “heróis civilizadores”, que chegariam com as novas frentes de trabalho. Os rios da margem direita do Amazonas, como o Xingu,

o Araguaia, o Tapajós e o Madeira, constituíam o único acesso ao interior da região, com a ocupação humana fixada apenas em suas margens, com exceção da população indígena que transitava por todo o território. Além do acréscimo populacional na área, a Transamazônica permitiria a exploração da Serra dos Carajás, maior jazida de ferro do mundo, localizada entre o rio Xingu e o Araguaia.

Em 1970, o governo militar decretou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, com a justificativa de utilização dessa terra para projetos de colonização e reforma agrária. Com essa estratégia, a União passou a controlar a distribuição de terras, adquirindo amplo poder de barganha política e econômica. Segundo dados de Becker (1990, p.18.), com a federalização das terras amazônicas, apenas no Estado do Pará, quase 67% das terras passaram a pertencer ao Governo Federal.

As obras de topografia e abertura da rodovia ignoraram qualquer lição que o processo de construção da estrada Altamira-Santarém pudesse ter fornecido. Mesmo com a FUNAI já ciente da existência de indígenas na área em que a rodovia atravessaria, a região tradicionalmente ocupada pelos Arara foi, em sua quase totalidade, englobada pelo Polígono Desapropriado de Altamira (Decreto nº 68.443/1971) e destinada à colonização. Em 1970, quando foram criadas seis frentes de atração dos Arara, regiões apontadas como ocupadas por indígenas foram sobrevoadas por helicópteros e pequenos aviões com funcionários da FUNAI para que pudessem ser definidos quais os melhores pontos de apoio para o trabalho das chamadas frentes de atração, que se concentrariam em postos indígenas como os de Pucuruí, comandado pelos irmãos Villas Boas, e, o Kararaô, para onde foi designado o sertanista Francisco Meirelles (Revista “Veja”, 12/8/1970).

No entanto, na construção na Transamazônica, a prioridade não era integrar ou proteger os indígenas, mas afastá-los, o mais rapidamente possível, das máquinas de terraplanagem. Para o General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, presidente da FUNAI em 1970, as decisões sobre o destino dos índios deveriam ser tomadas conforme cada caso particular, na medida em que eles surgiam em frente às máquinas, que

deveriam ser acompanhadas por pequenas equipes volantes, formadas por um funcionário da FUNAI e por ao menos dois índios auxiliares, que serviriam como intérpretes (Revista “Veja”, 12/8/1970).

Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, ao longo do seu traçado, a Transamazônica cortou terras de vinte e nove etnias, sendo onze grupos isolados e nove de contato intermitente. Para a remoção forçada dessa população, a FUNAI do General Bandeira de Mello firmou um convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para a “pacificação de trinta grupos indígenas arredios” e se tornou a executora de uma política de contato, atração e remoção de índios de seus territórios, em benefício das estradas e da colonização pretendida. Tais contatos, alguns feitos de forma agressiva ou sem as devidas precauções, inclusive vacinas, levaram a mortes que chegaram, entre os Panará, no Mato Grosso e Pará, por exemplo, a quase dois terços da população. As remoções forçadas serviram tanto para viabilizar as obras de construção e infraestrutura da rodovia quanto para liberar terras indígenas para a implantação de projetos agroindustriais (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p.203).

Especificamente no baixo e médio Xingu, a Transamazônica dividiu em dois o território tradicional dos Arara: ao sul, até o Rio Iriri; e, ao Norte, até o Jarauçu. Em novembro de 1970, os sertanistas Afonso e Raimundo Alves localizaram os Arara nas margens do rio Penetecaua, mas não puderam fazer contato pelo comportamento hostil do grupo. Antes dos Arara, já havia sido feito contato com um grupo Juruna, índios também considerados hostis, a 75 km de Altamira (“O Estado de São Paulo”, 11/11/1970, p.7). Em abril de 1971, o acampamento de uma frente da FUNAI, na altura do rio Anapu, entre as bases de Pucuruí e Altamira, foi visitado por um grupo de índios não identificados que levaram todo o equipamento da equipe. Embora a sertanista Oneide Pinto Castelo Branco estivesse no local, a FUNAI solicitou auxílio a Telésforo Fontes para que examinasse a situação (“Folha de São Paulo”, 2/5/1971).

Assim, como havia ocorrido durante a tentativa de abertura da estrada de João Pezinho, há relatos de conflitos entre os trabalhadores que

atuavam na abertura dos piques da rodovia e os índios, com o extermínio de indígenas. Aqueles que sobreviveram a esses embates internaram-se nas matas, deixando para trás grandes malocas vazias e muitas roças que foram, posteriormente, reaproveitadas pelos colonos, como demonstra trecho do relato de Aurino de Sousa, um dos primeiros habitantes da agrovila de Brasil Novo, que chegou à região em 1971, transcrito abaixo. Além disto, sua fala também envolve o escritório regional do INCRA e a Prefeitura Municipal de Altamira, através da figura de seu vice-prefeito, João Pezinho, em atos de violência contra os indígenas:

Tinha dado uma briga aí, no abrir o pico da Transamazônica, passava bem assim aí, saía na Cidade Alta e cortava lá para Penetecaua. Eles saíram daqui. Quando chegou aí com o pico, chegou aí na lavoura deles, eles [os índios Arara] largaram e foram para o Penetecaua. (...) Eles [os índios] já saíram nervosos daqui. Um rapaz com dois cachorros, eles tinham medo dos cachorros, os cachorros chegavam neles e eles corriam e a turma a roçar no pico da Transamazônica. Sábado a turma desceu para Altamira e ficou dois rapazes lá, eles foram lá e matou o rapaz do cachorro e flechou o outro. O outro saiu flechado daqui e foi bater lá em Altamira. Chegou lá em Altamira, ele falou. Lá em Altamira veio o João Pezinho e um irmão do rapaz e um primo e foram lá e escorou eles no Penetecaua. Diz que [os índios] iam saindo e eles “pau!” [atiravam], iam descendo. Fizeram um tiroteio lá nos índios muito grande. Isso aí é porque João Pezinho era dentro do INCRA, e aquilo ficou, apaziguou aquilo, né? Veio e mataram índio toda a vida... E os índio correu para a Serra dos Arara, lá no [quilômetro] dezenove, foi embora para lá (SOUSA, 2013).

Em 1971, o General Bandeira de Mello declarou que a FUNAI construiria “áreas de segurança” de 180 km, a cavaleiro da estrada, com o objetivo de proteger os operários dos índios e vice-versa, o que supostamente daria total segurança à construção e aos aldeamentos indígenas. Os índios seriam fixados nessas áreas de segurança e, à medida que a estrada fosse avançando em sua direção, seriam construídos postos da FUNAI, a partir de Altamira, a cada 50 km na frente dos trabalhos da estrada (“Folha de São Paulo”, 3/2/1971). Esse plano de

“margem de segurança”, no entanto, nunca chegou a se efetivar. A proximidade com os indígenas proporcionava tensões diárias, como se percebe no relato de Osmarina de Castro Cordovil, nascida em Altamira, neta de seringueiros e filha de um intérprete de índios que foi assentado em um lote durante a abertura da rodovia:

(...) a gente ficou muito tempo na Transamazônica, quando estavam abrindo a Transamazônica, 1970, 1971. A situação era difícil porque pra lá [no lote] tinha pium [mosquito], borrachudo, tinha demais, onça, índios que atacavam, era muita luta. Índios, porque a Transamazônica passou dentro da aldeia dos índios Arara, ela passou dentro dela. Eu lembro que a gente ia brincar na estrada, correr na estrada, eles [os Arara] atravessavam na estrada, passavam de um lado para o outro. À noite eles jogavam pedra na barraca da gente, os cachorros corriam atrás deles, era assim. Eles atacavam, alguns agricultores eles atacavam, quando eles [os agricultores] estavam na região onde eles [os índios] estavam fazendo a travessia, eles [os agricultores] botavam era quente [atiravam nos índios], quando eles vinham lá. Muita morte de pessoas que os índios matavam. Na construção da estrada Transamazônica teve muita morte de brancos e índios também. Eles atacaram muito (...). Meu pai era intérprete de índios, ele era chefe de posto indígena. Quando nós entramos na Transamazônica, ele percebia onde eles [os índios] estavam, porque quando nós entramos na Transamazônica ela passou no meio da aldeia deles. [Meu pai] não chegou a ser atacado, mas na nossa casa, onde a gente morava, eles iam jogar coco de noite. (...) Meu pai avisava a gente para a gente não ir para as estradas, justamente para [os índios] não carregarem a gente (...). Eles atacavam, roubava cachorro, atacavam branco, como muita gente que foram os frentistas da estrada, a base de topografia, teve muito deles que morreram, que os índios matavam. Eles se confrontavam, eles flechavam, trabalhavam na flecha bruta. Eles se confrontavam, guerreavam. Mas, sempre o branco perdia, porque o índio é traçoeiro, ele sabe o segredo da mata, ele flechava o povo e corria (CORDOVIL & CASTRO, 2012).

Os trabalhadores que atuaram diretamente na abertura da estrada foram duramente afetados por essa tensão diária, pois foram eles quem mantiveram

um contato constante com os indígenas. Ao mesmo tempo algozes e vítimas, os trabalhadores se tornaram personagens e testemunhas da violência dos confrontos. São transcritos, a seguir, trechos dos depoimentos de dois destes trabalhadores, Alcides Teixeira, migrante maranhense que trabalhou na construção das primeiras pontes da rodovia, em 1972; e, José Moreira de Gois, que relata um ataque com a morte de um colega:

Tinha índio demais, isso aqui eles mataram muita gente, muitos homens. Naquele tempo, na hora que estavam demarcando o berço da estrada Transamazônica, quando entrou era muito simples, o cara ia acompanhando dois, três carros para lá, né, então ia indo. Quando foi para fazer a divisão de lote a lote, fazer outro mais para detrás dos primeiros lotes, tinha que fazer outro travessão de novo. Aí foi que houve muita desconveniência de muitas pessoas. Os índios mataram muita gente, o trabalhador, o demarcador de terra. O trabalhador mesmo, dono de terra, parece que se aconteceu eu não tenho conhecimento, aconteceu só que não foi muito. Teve uma congregação do [Km] 120, aqui para o lado de Itaituba, que tinha uma aldeia logo aqui perto e essa aldeia aqui perto prejudicou um bocado de gente, agrimensor, trabalhador, morreram muita gente dos lotes (TEIXEIRA, 2013).

Já no pique da Transamazônica eu fui deixar farinha, bala, açúcar, café. Nós suávamos tanto, andando de pé até no quilômetro 70. Suava tanto que o suor molhava a farinha no saco. Nesse tempo tava tirando o pique, aí ficou um colega meu que pelejou para ficar lá mais eles. Ele não tinha família, não tava contratado com ninguém e tavam trabalhando contratado lá, tavam ganhando dinheiro. Eu fui, mas não tinha falado com ninguém, fui porque queria ver as terras, que eu queria ver se eram bonitas para lá e tal e coisa. Eu não podia ficar assim, então eu digo “eu vou para Altamira e, quando for sábado, eu venho. Vou falar lá com o prefeito, ver se eles querem me pagar também para eu vir e trazer munição. Eu vou deixar a minha espingarda, minha espingarda nova. Eu sei que eu vou atirar muito, que vai derreter até o cano dela. Eu tô vendo os rastros dos meninos [índios] que andam aqui”. Eles [os trabalhadores da estrada] tão babaca que não notaram [os rastros dos índios]. O cachorro deles corria atrás de índio e eles pensavam que era

catitu. “Lá vai um catitu, lá!” “Que catitu, rapaz, aquilo não é catitu não, é um índio!”. (...) De noite eles [os índios] tavam cantando, “hum, hum, hum”, e eu escutando mais o companheiro que fomos deixar a farinha para eles. Os [meus amigos] que tavam lá, eles tavam proseando, achando graça, deitado na rede. Daqui a pouco [os índios] jogaram uma pedra em cima do rancho que nós tínhamos feito para não pegar sereno de noite e eles nem coisa... Nós viemos embora de lá. Que dia foi, meu Deus? Parece que foi dia de segunda-feira. Quando foi sábado eu vinha para cá, para a rua [Altamira], falar para me contratar, se eles me pagassem eu ia trabalhar lá mais eles. Aí, eu vim. Quando foi no sábado (...) saiu já foi a notícia, os índios mataram o Zé Manoel, flecharam. (...) Os índios tinham flechado o Chagas branco e o Chagas preto; e, mataram o Zé Manoel. “Não é possível!”. (...) Trouxeram eles na rede, o Zé Manoel tinha morrido para lá, caboclo [índio] matou de flecha (GOIS, 2012).

Além da tensão gerada pelos ataques, há a narração de chacinas organizadas sob a chancela do governo. É o que relata o ex-seringueiro Antônio de Lima Rodrigues (Antônio Leiteiro), morador de Altamira, que, no auge da economia da borracha na região trabalhou com Salustiano de Almeida, um dos mais famosos rastreadores e matadores de índios do baixo Xingu. Sua experiência nas matas locais o credenciou para trabalhar como mateiro durante os trabalhos de abertura da estrada. Em seu depoimento, Antônio Leiteiro afirma que, sob a anuência do Governo Federal, elaboravam-se mecanismos de extermínio por eletrochoque dos indígenas que se aproximavam do perímetro da estrada:

Eu, quando fui explorador dessa estrada Transamazônica para cá, [o trabalho] era piçarra, ver onde tava muita piçarreira e ver onde que a estrada afundava, onde era muito alagado, que não dava para passar a estrada. Daí quando eu cheguei, com dez dias, da estaca zero do Pacajá era meter o pé para frente e morrer, meter o pé para frente e morrer. Daí, eu já tava com dez dias de serviço na mata, só na mata, aí cheguei e falei para o chefe, eu cheguei cedo, eram umas onze horas, “o que foi que teve?”, assombrado, né? Cheguei e estava o rifle lá, uma espingarda, tinha tudo. Era o pessoal da [construtora] Mendes Júnior e do INCRA também, que fez essa estrada Transamazônica. Daí

eu contei para ele e ele assim, “leva nós lá [nos índios]?”. Eu digo: “levo”. Saímos lá só quebrando matinho, aqui e acolá, aqui e acolá... “Eles tão tudo aí”. “Ei!”, foi o mesmo que botar num bando de porco assim, viu? “Agora morreram, agora morreram” e nós pra trás. Aí ele [o chefe da obra] vai pra Belém. Chega lá e comunica para o governo. Tinha um senhor Bruno, ele era não sei o que lá do governo: “nós queremos a estrada e quer o índio. Agora, entenda quem quiser, né”. Daí o governo deu umas çambadas de fio elétrico. Daí descascava o fio elétrico. A estrada era quinze metros, abre dos dois lados. Depois dos quinze metros instala cinquenta metros de fio dentro da mata. Eles [os índios] vem, né? Se agarram [no fio desencapado] e “Ai! Ai! Ai!”. Mas, morreu índio, morreu índio que o urubu não deu conta. Não [atiravam neles], morriam agarrado no fio elétrico. No fio elétrico. Então, é assim, o governo falou e o chefe daqui, esse Bruno, “nós quer os dois, a estrada e os índios. Não vai dizer que nunca teve o negócio de matar índio, não é para matar índio, mas...” (...) O governo é como um doutor, nenhum doutor é criminoso, você não pode dizer que um doutor é criminoso. Na hora de fazer um parto, fazer uma operação, daí morreu, foi o doutor que matou? Não, é que tinha que morrer, né? Assim é o índio. Ninguém pode dizer que mata o índio, ele pode dizer que mata nós, né? (RODRIGUES; 2012).

A situação narrada pelo informante vai ao encontro da lógica das políticas de genocídio praticadas pela ditadura civil-militar contra os indígenas brasileiros expostas por trabalhos que problematizaram o tema (AEPPA, 1974; COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012; COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE v. 2, 2014; WILL, 2014; COHN, 2015; os Relatórios de Violência Contra os Povos Indígenas produzidos pelo CIMI, entre outros), assim como pelas investigações realizadas pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, em 1967, denunciando matanças de tribos inteiras, torturas e demais crueldades praticadas contra indígenas no Brasil, por parte, principalmente, de latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio, que incluíam, caçadas humanas com metralhadoras, dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de doenças em povoados isolados e envenenamento por doações de açúcar

misturado a estricnina (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, p.4939-4940).

Essa violência apenas fomentou a continuidade dos conflitos. Em 1972, o General Bandeira de Mello já reconhecia a ineficiência das ações da FUNAI, prometendo publicamente a contratação de mais antropólogos e “técnicos em indigenismo”, a criação de novas delegacias regionais e a demarcação de reservas indígenas. Estimava-se, oficialmente, uma população de cinco mil indígenas, entre Assurini, Parakanã, Arara, Juruna, Xipayá, Kayapó e outras etnias, circulando pela região da Transamazônica, nos trechos Xingu-Tocantins, Xingu-Tapajós e Cuiabá-Santarém (“O Estado de São Paulo”, 14/5/1972, p.34).

Em maio de 1972, a FUNAI recebeu críticas públicas do sertanista Antônio Cotrim Neto, que trabalhou na área de influência da Transamazônica e que, ao se demitir, declarou: “Estou cansado de ser um coveiro de índios... Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção de culturas primitivas” (Revista “Veja”, 31/5/1972, p. 20). Cotrim teceu críticas com relação à racionalização da distribuição da verba destinada pelo Plano de Integração Nacional, afirmou que a FUNAI não obedecia às diretrizes dos grupos de trabalho que traçaram as ações de atração para a região, além de denunciar a não preocupação com medidas de profilaxia para a proteção dos índios atraídos, o que teria proporcionado a circulação de pessoas não vacinadas e tuberculosas entre os índios. O sertanista disse que todas as turmas encarregadas da construção da estrada deveriam ter a assistência de funcionários da FUNAI, para o caso de contatos imprevistos com os índios, o que não ocorria na prática (“O Estado de São Paulo”, 24/5/1972, p.16); denunciou, além disso, a falta de cuidado na seleção de trabalhadores para compor as frentes de penetração:

Certa vez – disse – formou-se um grupo para entrar em contato com os índios Araras com o aproveitamento de um homem, Antônio Chagas Pimentel, que já tinha entrado em conflito com eles. Os índios reconheceram Pimentel e foi muito difícil realizar o contato. Antônio Pimentel tinha trabalhado abrindo picadas na estrada Altamira-Santarém, planejada antes da Transamazônica, mas cuja execução acabou não

sendo feita. Os índios atacaram o grupo de trabalhadores e mataram um irmão de Pimentel e outro mateiro. Mais tarde, nos primeiros contatos com o grupo, os índios reconheceram o trabalhador e fugiram, mostrando-se depois arredios durante longo tempo. Os Arara, no início da construção da Transamazônica, tinham aldeia a três quilômetros do eixo principal da estrada. No entanto, abandonaram-na com a chegada dos trabalhadores e das máquinas e se isolaram na mata. Agora, estão pressionados entre a estrada e o rio Iriri (“O Estado de São Paulo”, 24/5/1972, p.16).

Sabe-se também que, entre os índios contratados pela FUNAI para servir como intérpretes nas frentes de atração, havia índios Kayapó, tradicionais inimigos dos Arara, o que foi mais um empecilho para a aproximação pacífica do grupo (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p. 225-227).

Essa sucessão de erros contribuiu para a persistência dos conflitos ao longo de toda a década de 1970. Em fevereiro de 1976, seis funcionários da CRPM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) que faziam pesquisas geológicas em Altamira, ao entrar em uma picada no km 100 da Transamazônica, em direção ao rio Iriri, foram atacados pelos Arara após ignorar os sinais deixados pelos índios no caminho (tapagens, flechas fincadas, animais esfaqueados). Três deles foram capturados e mortos. Outros três conseguiram fugir. Quando os corpos dos trabalhadores foram localizados, eles estavam com cabeças, mãos e pés amputados e o tronco dos corpos dependurados em árvores, eviscerados (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p.28). Em maio de 1977, o colono Pedro Brito Furtado desapareceu após entrar nas matas para caçar reaproveitando uma trilha aberta por gateiros, entre os quilômetros 70 e 140 da Transamazônica. O seu corpo foi descoberto uma semana depois, pelo sertanista Afonso Alves, semidevorado por urubus, igualmente sem cabeça, mãos, pés e vísceras. Por desconhecimento, Furtado também havia ignorado os sinais deixados pelos índios no caminho como aviso para que não avançasse sobre o território deles: punhados de pimenta e um casco de jabuti ensanguentado em meio à trilha (“O Estado de São Paulo”, 26/3/1976, p.14). Pouco depois, uma Frente de Atração da FUNAI, que penetrou numa aldeia

dos Arara abandonada, próxima à região em que ocorreram essas mortes, encontrou as cabeças pintadas com jenipapo e urucum, enfeitadas com penas de urubu e com uma taboca enfiada pelas fossas nasais (TEIXEIRA-PINTO, 1997, p.28).

Ainda em 1977 outros incidentes, sem mortes, foram registrados: geólogos da mineração Cajubi foram colocados em fuga, após cruzarem com índios Arara nas proximidades do rio Curuá, local distante da tradicional área de circulação desses índios; um caçador que retirava a pele de um veado foi atacado com uma flecha com ponta de caroço de tucum, que não é cortante, o que foi interpretado com um aviso dos Arara para que se afastasse, à altura do km 125 da Transamazônica (“O Estado de São Paulo”, 20/7/1977).

As mortes e os conflitos expuseram a ineficiência do trabalho da FUNAI, que se preocupou em manter frentes de atração indígena apenas durante o período de obras nas estradas. Logo após estas terem sido construídas e inauguradas, desmobilizavam-se as frentes, abandonando os índios e os colonos à própria sorte, supondo que nos 100 km pertencentes ao INCRA, em cada lado da estrada, já não houvesse sinais de movimentação indígena. A Frente de Atração dos Arara somente era acionada em casos de informações sobre a presença dos índios, chegando sempre depois que eles já tinham se retirado, não havendo um trabalho permanente. Entre 1976 e 1977, a frente de atração só havia entrado na mata duas vezes: uma, após os assassinatos dos trabalhadores do CRPM; e outra, após o assassinato de Pedro Furtado, sendo que apenas em junho de 1976 um sertanista voltou a atuar diretamente na região, com o retorno de Afonso Alves do Amazonas, onde se encontrava trabalhando na atração dos Waimiri-atroari (“O Estado de São Paulo”, 20/7/1977). Segundo o sertanista, a ação feroz dos Arara foi motivada por um ataque violento sofrido pelos índios na região do rio Iriri, onde um deles foi assassinado (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p.164).

Em 1977, a FUNAI terminou as negociações iniciadas três anos antes para a venda de terras, que sabidamente eram habitadas pelos Arara, para a Cooperativa Tritícola Serrana de Ijuí (Cotrijuí), do Rio Grande do Sul. Era uma área estimada em 400 mil hectares entre os quilômetros 85 e 185 da

Transamazônica, com fundos para o rio Iriri (“O Estado de São Paulo”, 20/7/1977). A intenção da Cooperativa era estabelecer duas mil famílias de agricultores gaúchos nessas terras, aumentando a pressão sobre a FUNAI, que instalou uma nova Frente de Atração, em 1978. Seus funcionários chegaram a auxiliar a Cotrijuí nos trabalhos de topografia dentro da área indígena adquirida pela cooperativa, que teve 45 mil hectares de suas terras interditadas até que a frente de atração pudesse liberá-las como área seguras para a colonização (“Jornal do Brasil”, 15/2/1981, p.4).

Os primeiros anos de trabalho nessa retomada da frente de atração Arara acumularam experiências desastrosas. Em setembro de 1977, pressionados pela FUNAI, os sertanistas chegaram até uma aldeia Arara, sendo que não era costume que frentes de atração fossem até aldeia, sem que tivessem tido um contato pacífico anterior. A frente foi atacada, um membro da equipe (Milton Lucas) foi flechado no ombro. Ficaram entrincheirados na mata cercados pelos indígenas e levaram dois dias para conseguir retornar ao seu acampamento (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012, p.165-1966). Em março de 1979, uma nova equipe da frente foi surpreendida e atacada com flechas. Três sertanistas foram flechados, entre eles Afonso Alves, que naquele momento coordenava as ações:

Foi em três de junho de 1979. Nós estávamos atrás para fazer contato com eles [os Arara, do Laranjal]. (...) Depois que atacaram o pessoal no Iriri, eles resolveram atacar nós, eles não sabiam o que era. (...) Quando nós vamos saindo de casa para o acampamento, nós éramos onze homens, daí eu vi assim, você fica no meio deles você perde o medo, né... Daí eu vi uma pessoa, vermelho, todo vermelho. Correu, né? Eu falei: “eu vi uma pessoa aqui”. Era o Mutrin, se chama até Mutrin, tava olhando nós. Daí foi, voltou, avisou o pessoal que nós estávamos vindo. Daí nós fomos, né? Mas, assim, uns duzentos metros do acampamento. Daí eu ia na frente, eu escutei assoprar. Daí eu falei: “rapaz, assoprou ali no chão”. Daí um cara, um colega meu, pegou e me empurrou assim pra frente, daí eu sai de canto pra ele passar, ele não quis passar. Brincando, todo mundo brincando, nós estávamos tudo junto ali, os onze homens. Peguei o caminho e quando peguei o caminho escutei a zoadá. Ele flechou assim, né? (...) Aí eu vi

um sair no caminho e levou o arco assim. Eu fui me abaixar, cai, na velocidade. Daí eu senti fazer assim, daí a vista fez assim [fecharem]. Titicão estava com a gente. Daí eu ouvi os colegas gritarem atrás, o João Carvalho... Daí me flecharam, eu caí, me puxaram, fui levantar, não conseguia, a flecha era uns dois metros, daí eu tirei as duas flechas, tirei essa e tirei essa daqui [uma na costela e outra no ombro]. Mas, daí eu senti que a vista fez assim... [Fechou]. Daí se aquietou. Eu me levantei e eles pararam de jogar a flecha em mim. Eu fui pra trás de um poste e escutei os outros gritarem. (...) Nesse dia tinha um helicóptero aqui da CENEC. E aí foi tirar nós de lá. (...) Daí eu fui para Belém, eu e um outro amigo, o outro pegou na barriga. (...) Daí quando ele puxou assim, o intestino dele saiu, ele segurou assim [com as mãos]. Furou, furou o intestino dele... mas, sobreviveu. (...) Ele tá vivo ainda [o índio que atirou a flecha], tá cego, mas ele não gosta que falem disso não. Ele disse que fica com vergonha, ele me trata muito bem quando eu passo lá. Daí ficou parada uns tempos a Frente [de Atração Arara], né? (...) Daí o Sidney [Possuelo] veio aqui, falou comigo, eu disse que não tem problema não, pode assumir, não quero assumir mais não. (...) Eu não quis ficar aqui porque eu já tive esse problema, o pessoal pode me reconhecer e pode ser difícil o contato, aí eu fui para o Iriri, fui abrir o Iriri e o pessoal ficou aqui (CRUZ, 2011).

O primeiro contato bem-sucedido com os índios Arara só aconteceu em 2 de fevereiro de 1980, quando cinco índios procuraram o posto de vigilância (PV-1), situado à altura do km 120 da Transamazônica. Os índios chegaram ao posto gritando algo que foi traduzido como “saíam de nossa terra!” e sumiram. Logo depois, retornaram e, por fim, acalmaram-se e aceitaram a proximidade com os frentistas. Nos dois dias que se seguiram, novos encontros aconteceram. Num deles, um velho índio fez um discurso de uma hora e meia, incompreensível para os sertanistas, mas que foi resumido assim por um índio que atuava como intérprete no posto: “Meu povo andou muito tempo, correndo, correndo, muita gente, todo lado. Não podemos ir para outro lugar” (Revista “Veja”, 11/3/1981).

Este contato foi resultado do trabalho paciente dos sertanistas, coordenados por Sidney Possuelo, que assumiu as atividades em abril de

1980, com o desafio de superar os graves incidentes de março de 1979. Os contatos que se seguiram apresentaram uma tribo Arara reduzida, composta por algo em torno de 150 pessoas (“Jornal do Brasil”, 25/1/1983). A visita de um grupo de 17 índios Arara, liderados pelo cacique Toti, à sede da FUNAI, no centro da cidade de Altamira, em 1982, consolidou o trabalho bem-sucedido desse grupo, que rompeu cinco décadas de isolamento dos Arara no baixo Xingu, marcados por mortes, doenças, fome e encontros ocasionais nas matas com seringueiros, gateiros, posseiros, colonos e demais trabalhadores (“Jornal do Brasil”, 15/2/1981, p.4).

Entre os anos de 1981 e 1983, ao menos outros cinco subgrupos Arara foram contatados pela Frente de Atração da FUNAI, sendo todos estabelecidos na aldeia Laranjal, hoje situada na TI Arara, homologada em 1991 (SANTOS, 2014, p.3757). Em 1987, um grupo Arara distinto, que vivia nas proximidades da Cachoeira Seca foi contatado pelo sertanista Afonso Alves da Cruz. Era um grupo ainda menor, que havia se separado daqueles Arara contatados em 1980 e que também tiveram o seu território tradicional invadido pela Transamazônica e pelos projetos de colonização:

Cachoeira Seca é outro grupo Arara. A mulher que tinha lá, uma bem velhinha, quase uns 80 anos, ela contou que eles tiveram uma briga e se separaram, mas aí ninguém sabe o ano. Ela saiu com cinco pessoas. Quando eu fiz o contato com eles, tavam com 31 [índios]. Tinha cinco homens. Ela falou que os outros tinham morrido. Eles viviam perambulando. Caçando, coletando, não tinham uma aldeia certa. Eles tinham medo, tinham muito medo. Eles passavam uma semana num lugar e passavam para outro. Eles falaram, a velhinha que falou, falaram que moravam com esse outro grupo daqui, mas tiveram uma briga e se separaram. Daí começou a morrer, começou a morrer. Nosso contato foi em 1987. É o grupo mais recente, esse aí. Eu que abri lá. (...) Nós tínhamos um acampamento na beira do Rio Iriri e nós tínhamos um acampamento há dezesseis quilômetros. Dezesseis porque medi de helicóptero (...). Coloquei roça. Estes Arara moravam lá, só que quando foi na época da Transamazônica, o pessoal cortou uma topografia e saiu na aldeia deles, daí eles correram, abandonaram a aldeia. Daí não voltaram mais. Era

aonde eles tinham alguns pés de banana, alguns pés de mamão. Com essa topografia que o INCRA abriu, eles queriam correr, o pessoal parece que deram um tiro e mataram um, parece que foi só baleado e morreu depois. Daí eles abandonaram aquilo lá. (...) Daí nós começamos a abrir roça lá, daí eles começaram vir, a pegar as coisas, vinham, pegavam banana, mamão, mandioca, plantemos muita macaxeira, cará, eles pegavam, mas sumiam, né. Pegavam e passavam três, quatro meses sem voltar. Ficavam com medo. Quando foi um dia tinha muita banana madura no bananal, daí eu fui apanhar. Quando eu cheguei, escutei bater, daí eu saí assim e vi eles, vinha dois (...). Daí quando me viram, eu fiquei atrás do pau. Se vierem me flechar, tô pegado no pau, se viesse com arco e flecha na mão, né? Daí eles ficaram assim, me olharam assim, daí eu fiz assim com a mão, daí eles corriam. (...) Daí ficamos lá, fui lá no bananal, escutei eles correr no bananal, daí tirei muita banana, um bocado de banana, mamão, abrimos um caminho e colocamos lá. Porque eles vieram pegar as coisas, vieram pegar. Daí vieram e deixaram um jabuti pra nós, pra trocar. Daí fomos lá e colocamos mais banana, mamão, e eles começaram a pegar. Daí um rapaz foi pegar uns peixes para colocar a comida para eles. Daí peguemos um bocado de peixe, assemos o peixe e tudo, nós fizemos uma casinha lá e começamos a colocar as coisas. Com cinco dias, de manhã, e apareceram lá dois e começaram a gritar. Começaram a gritar, ninguém entendia. Começavam a falar, falar e eles vieram caminhando em nosso rumo, daí eu fui, eles viram e quiseram correr. (...) Daí eu disse: “você prestam a atenção, se eles fizerem movimento de flechar, vocês avisam que eu corro”. Daí eu fui no rumo deles. Fui de pertinho. Só de pensar já começo a tremer. Fui, entreguei a panela, eles pegaram a panela. Daí pararam aquela zoada deles. Só dois né. Daí começaram a conversar, conversar ali, aí mostraram assim pro céu, assim, ninguém sabia o que era, alguma coisa dava para entender, né? Daí eu entreguei as panelas para eles, eles pegaram as panelas e vieram na casa com a gente, ficaram olhando ali e foram embora. Com quatro dias eles voltaram, trouxeram um bocado de peixe, essas coisas, e deram para nós. (...) Quando eles vieram a primeira vez, foram embora, daí choraram. Daí, quando voltaram a segunda vez, começaram a chorar, (...) dizendo que agora eles vão passar fome de novo, que eles não têm roça, não tem nada, né? Daí eu falei: “rapaz, não, isso

aqui é para vocês”. (...) Daí ficou uma velhinha no mato, daí eu fui atrás dela, que ela já não andava mais. Era a mãe deles tudinho, que ali era filho de mãe com filho, filho com irmã, era um grupo assim. Eles tudo são defeituosos, tudinho (...), têm a boca torta, é um grupo assim. (...) daí eu fiquei com esses isolados lá dois anos, sem contato com ninguém, né? (CRUZ, 2011).

Chegava ao fim o isolamento dos Arara do baixo Xingu, mas apenas se iniciava mais uma etapa da luta dos índios pela manutenção do modo de vida tradicional em seu próprio território, malgrado as precariedades que carregavam e as dificuldades que o futuro lhes reservava. O sertanista Afonso Alves da Cruz, que participou de muitos episódios com os Arara, referiu-se à experiência desses índios, no baixo e médio Xingu, da seguinte forma:

Aqui [em Altamira] tinha um bispo, o Dom Eurico [Krautler], ele me contou, deu a data do ano que eles [os Arara] apareceram aqui. Só que ele diz que eles tinham um sinalzinho aqui, tinha uma peninha desenhada [mostra com o dedo próximo ao olho direito], essa pena desenhada eles chamavam Arara. Era uma tatuagem. (...) A história que eles contam aqui vem de muitos anos. Um dos índios velhos que morreu lá no [igarapé] Laranjal. Ele falou que quando era novo, ele teve contato com o pessoal de Altamira, tinha uns 70 anos quando morreu. O finado Dom Eurico falou uma vez, 1932, 1933, eles tiveram aqui em Altamira. Daí o pessoal deu uns tiros neles aqui nas colônias e o pessoal [os índios] abandonaram aqui Altamira. Eles moravam no rio Penatecaua. A aldeia deles era aqui no km 75, da Transamazônica. Porque, quando eu entrei no Penatecaua, eu saí lá no [km] 75, eles moravam lá. A Transamazônica cortou a aldeia deles. Daí eles passaram para esse lado do [rio] Iriri, abandonaram o outro lado. Era um grupo pequeno, parece que eram 70 ou 80 pessoas. Tão lá no [igarapé] Laranjal [Posto Indígena Arara] (CRUZ, 2011).

Adicionalmente, observando a sociedade Arara, Márnio Teixeira-Pinto (TEIXEIRA-PINTO, 2021) anota que a “consolidação do longo processo de atração, a partir de fevereiro de 1981, depois de mais de uma década de frustradas tentativas de contato, encontra alguns dos subgrupos Arara já

desunidos e afastados”. Prosseguindo, Márnio sublinha, ainda, o fato de os diversos subgrupos e os numerosos grupos residenciais uxoriocais que compunham a sociedade Arara terem tido de adaptar-se às difíceis condições impostas pelo decréscimo populacional – atualmente, 377 indivíduos - e à dispersão e isolamento das suas aldeias – hoje há apenas duas: Laranjal e Cachoeira Seca -, que têm limitado severamente a intensa interação que, no passado, caracterizou a sua vida social.

...

Desde a implantação da Transamazônica, por toda a região cresceram os problemas sociais e aprofundou-se a ameaça aos modos de vida tradicionais, em especial os dos indígenas, mas não apenas os deles, e sim os de todos os “invisíveis” (SILVA, 2007) ali presentes.

Por outro lado, com a expansão da fronteira interna, proporcionada pela rodovia e aproveitando programas de crédito do governo federal, grandes latifundiários se estabeleceram, alterando a base de uma economia até então extrativista e convertendo parte significativa da floresta em pasto. Fraudes fundiárias se tornaram comuns, com falsos registros de terras em nome de fazendeiros e madeireiros. O traçado e a demarcação de Terras Indígenas sofrem a resistência de latifundiários, prefeituras, empresários, grileiros, madeireiros, colonos, sindicatos rurais.

Enfim, as histórias de contatos interétnicos no baixo e médio Xingu – como, de resto, em toda a Amazônia - são narrativas de conflitos numa sociedade heterogênea e repleta de lutas coletivas por sobrevivência. Contrariamente a uma adaptação natural e passiva aos acontecimentos à sua volta, o que há é a elaboração de uma ampla gama de estratégias cotidianas de resistência, de transformação e utilização do mundo social e natural, marcado por violências e contradições. Se não é possível reconstituir grande parte do que foi perdido por esses grupos tradicionais – vidas, territórios, modos de viver – é possível ao menos buscar conceder-lhes o direito à memória de seus conflitos. Memória essa que também foi, por muito tempo, violentada pelo silêncio.

Notas

1 O “milagre econômico brasileiro” foi um período de alto crescimento do produto interno bruto do Brasil, acompanhado do agravamento das desigualdades sociais e da degradação ambiental, que se estendeu, grosso modo, de fins dos anos 1960 à primeira metade dos anos 1970. Para as consequências disso para os índios brasileiros, ver DAVIS, 1977.

2 A respeito do efeito liberador de terras da “pacificação”, resultando na satisfação de interesses privados, não obstante os ideais humanitários de muitos sertanistas do S.P.I., anota João Pacheco de Oliveira: “No indigenismo republicano a categoria “pacificação” passou a descrever um processo dito humanitário exercido pelo Estado no sentido de proteger uma população altamente vulnerável e desfavorecida, agora a ser contatada sem o exercício da violência. O que as autorrepresentações da elite dirigente não explicitaram nesta narrativa é que as “pacificações” foram fundamentais para insular os indígenas em pequenas faixas de terras, liberando paralelamente vastos espaços para serem apropriados por interesses privados” (OLIVEIRA, 2014, p.137).

3 Sobre a sucessão do S.P.I. pela FUNAI, ver RIBEIRO, 1977, p. 6 e 7.

Referências

AEPPA. **A política de genocídio contra os índios do Brasil**. Portugal: Associação de ex-presos políticos antifascistas, 1974. Centro de Referência Virtual. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=genoc%C3%ADdio%20contra%20os%20C3%ADndios>. Acesso em: 09 set. 2016.

ARNAUD, Expedito. “A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970)”. **Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia. n. 49, 6/10/1971.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. p.18.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade:** textos temáticos. v. 2. Brasília: CNV, 2014.

COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade:** O genocídio do povo Waimiri-Atroari. Manaus: CVA, 2012.

COHN, Sérgio (Org.). **Encontros:** Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

CORDOVIL, Osmarina de C. & CASTRO, Leopoldina Pereira de. **Osmarina de Castro Cordovil e Leopoldina Pereira de Castro:** depoimento. [06. dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 51 min.

CRUZ, Afonso Alves da. **Afonso Alves da Cruz:** depoimento. [27. setembro 2011]. Entrevistador: Paulo Marcos Noronha Serpa. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 108 min.

DAVIS, Shelton H. **Victims of the miracle.** Cambridge: CUP, 1977.

GOIS, José Moreira de. **José Moreira de Gois:** depoimento. [04. julho 2012]. Entrevistadores: Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Bastos Cordovil, Carlos Gimenes. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 105 min.

GOMES, Flávio Alcaraz. **Transamazônica:** a redescoberta do Brasil. São Paulo: Liv. Cultura, 1972.

MATTOS, Carlos Meira. **Uma geopolítica Pan-Amazônica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

NUNES NETO, André Avelino da Costa. **André Avelino da Costa Nunes Neto:** depoimento. [03. dezembro 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Belém: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 76 min.

OLIVEIRA, J.P. de. “Contexto e horizonte ideológico: reflexões sobre o Estatuto do Índio”. In: SANTOS, S. C. dos (Org.). **Sociedades indígenas e o direito:** uma questão de direitos humanos. Florianópolis: UFSC/CNPq, 1985, p. 17-30.

OLIVEIRA, J.P. de. “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. 30 volumes, 1967. Disponível em: <https://archive.org/details/RelatorioFigueiredo>. Acesso em: 10 jul. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** RJ: Civilização Brasileira, 1977.

RODRIGUES, A. de L. **Antônio de Lima Rodrigues (Leiteiro):** depoimento. [04. julho 2012]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico,

Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 105 min.

SANTOS, Kerley Diane Silva dos. “À procura dos Arara”: transformações territoriais na Transamazônica e o processo de contato do povo Arara. *In: Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014, p. 3749-3771.

SILVA, Marina Osmarina. “Saindo da invisibilidade” – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão social*, v. 2, n. 2, p. 7-8, 2007.

SOUSA, Aurino de. **Aurindo de Sousa**: depoimento. [26. março 2013]. Entrevistadores: Tiago Peixoto de Oliveira, Carlos Eduardo Caldarelli, Elisângela Aurora Cordovil Bastos. Brasil Novo: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 100 min.

TEIXEIRA, Alcides. **Alcides Teixeira**: depoimento. [28. janeiro 2013]. Entrevistador: Carlos Eduardo Caldarelli. Altamira: Scientia Consultoria Científica. Entrevista concedida ao Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural – UHE Belo Monte. 26 min.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. Iepari. **Sacrifício e Vida Social entre os índios Arara**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. **Arara**, Povos Indígenas no Brasil, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Arara>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga & UMBUZEIRO, Ubirajra Marques. **Altamira e sua história**. 4 ed. Belém: Ponto Press, 2012.

WILL, Karhen Lola Porfírio. **Genocídio indígena no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Ciências Jurídico Políticas). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.